

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

O NEOLIBERALISMO COMO ESTRATÉGIA DE RECUPERAÇÃO DO PODER DE CLASSE

Remo Moreira Brito Bastos¹

RESUMO

O presente artigo busca apresentar o delineamento da estratégia adotada pelo capital, no nascedouro da crise estrutural que o aflige, desde meados da década de 1960, com vistas à recuperação de seu poder de classe, sensivelmente afetado nos últimos anos do período que ficou conhecido como “os trinta anos gloriosos” (1945-1973). Para isso, a macroestrutura de comando econômico e político global, da qual participam os aparelhos estatais dos países centrais e os organismos multilaterais forjados em Bretton Woods, inicia uma ampla e profunda reorganização das bases de acumulação capitalista, na qual desempenham papel preponderante não somente a reestruturação do aparelho produtivo, em seus aspectos técnicos e gerenciais, mas primordialmente a intensificação do domínio ideológico, indispensável ao exercício da hegemonia por parte da classe que detém o controle da referida macroestrutura.

Palavras-chave: Neoliberalismo, reestruturação produtiva, ideologia.

Introdução

Como um dos reflexos da profunda recessão que atingiu a economia capitalista mundial a partir de 1973, e para se opor à crescente e radical contestação da classe trabalhadora organizada às suas condições de aviltamento, o capital inicia uma ampla e profunda reorganização de suas bases de acumulação, operacionalizada no nível macropolítico global por intermédio de seus organismos multilaterais (Banco Mundial, FMI, OMC, preponderantemente) e no nível micro em suas unidades diretamente responsáveis pela geração e realização da mais-valia (conglomerados empresariais e grupos econômicos), com vistas a não somente reestruturar seus processos produtivos na busca de recuperação de

¹ Servidor Público Federal (IBGE, Analista). Mestrando em Educação na Universidade Federal do Ceará (UFC), na linha de pesquisa Trabalho e Educação; atua no grupo de estudo GTPPE - Grupo de Pesquisas em Trabalho, Práxis, Política e Educação (Cnpq). Especialista em Administração Pública pela Faculdade Gama Filho (FGF-RJ) e graduado em Administração pela Faculdade Integrada do Ceará. E-mail: remomoreira@gmail.com.

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

margens anteriores de lucratividade, mas, também, a recuperar a hegemonia nas principais instâncias das modernas sociedades regidas por seu sistema sociometabólico.

O regime de acumulação flexível e a reestruturação produtiva do capital

A essas transformações políticas e econômicas que configuraram uma nova quadra do capitalismo corresponde a emergência de novos paradigmas culturais, artísticos e epistemológicos, condensados sob o rótulo de *pós-modernismo*, os quais se apresentam como o substrato ideológico de sustentação do sistema do capital, em seu novo estágio acomodatório de suas insolúveis contradições², cunhado por Harvey como *regime de acumulação flexível*.

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na **flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo**. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de **inovação comercial, tecnológica e organizacional**. [...] Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "**compressão do espaço-tempo**" no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 1992, p. 140, grifou-se³)

Trata-se, essencialmente, da intrínseca e inarredável necessidade do capital de espremer cada vez mais a classe trabalhadora na busca de maiores taxas de mais-valia, por meio de novas formas de intensificação da exploração da força de trabalho. Para isso,

² Wood (1996), privilegiando, em detrimento das discontinuidades apontadas por vários intelectuais que apostam no ineditismo do regime de acumulação flexível, os elementos de continuidade desse novo regime de acumulação em relação ao fordismo, salienta que, mais do que a passagem da "modernidade" para a "pós-modernidade", essas transformações ocorridas desde os anos 1970 mostram o capitalismo atingindo sua maturidade, sozinho, com suas próprias contradições internas, sem rivais mas também sem rotas de escape.

³ A responsabilidade pelas traduções, assim como os grifos e colchetes, estes quando não executados pelo autor original ("autor"), são do autor do presente trabalho.

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

procura-se "enxugar" a organização⁴, eliminando o trabalho improdutivo (o que não cria valor/mais-valor), o qual passa a ser executado pelo "polivalente" operário toyotista⁵, agregando-lhe mais essa atribuição, além da de operar e controlar o funcionamento de mais máquinas ou processos do que o fazia o operário fordista, este um mero executor de micro-procedimentos repetitivos.

Segundo Antunes (2009, p. 54), a acumulação flexível "se fundamenta num padrão produtivo organizacional e tecnologicamente avançado, resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços." Para isso, desenvolve-se uma estrutura produtiva mais flexível, desconcentrando-se a produção mediante a terceirização e o retorno de formas de trabalho pretéritas, arcaicas, como o trabalho domiciliar, o artesanal, o familiar, agora não mais como apêndices do sistema, mas como peças centrais da cadeia de sub-contratação, servindo, na verdade, como mecanismo manipulatório para a compra e venda da força de trabalho em vis condições de auto-exploração, sob o véu da compra e venda de mercadorias semi-elaboradas.⁶

No plano interno, dentro da empresa, utiliza-se o trabalho em equipe ("*team work*", "células de produção") no bojo de uma nova estrutura organizacional, mais horizontalizada, com a eliminação dos postos de supervisão intermediária, visto que essa função foi sagazmente transferida aos próprios membros das equipes, por meio da pressão pelo

⁴ Antunes (2009, pp. 52, 54-61) alude a um processo de *liofilização* organizativa, fazendo uso do termo cunhado pelo sociólogo espanhol Juan Castillo (1996) em dois de seus trabalhos. O padrão de referência de corporação empresarial a ser buscado (e emulado) passa a ser a organização "enxuta", ou seja, com poucos e sobrecarregados trabalhadores, perfazendo um núcleo composto de empregados em tempo integral, que desempenham funções estratégicas, ligadas ao *core-business* da empresa, e por isso dispõem de melhores condições em termos de renda e estabilidade. Na condição antípoda, encontram-se os trabalhadores de baixa qualificação, facilmente disponíveis no mercado, cujas funções geralmente são terceirizadas e, quando não, apresentam alto índice de rotatividade.

⁵ "O toyotismo [...], como via japonesa de expansão e consolidação do capitalismo monopolista industrial, é uma forma de organização do trabalho que nasce na Toyota, no Japão pós-45" (ANTUNES, 2009, p. 56), e que, nas décadas de 1950 e 1960, se propaga para as grandes companhias daquele país, adquirindo, todavia, uma abrangência mundial apenas a partir da década de 1980. Ele se diferencia do fordismo, basicamente, em poucas palavras, nos seguintes pontos: 1) a produção é totalmente vinculada à demanda, visando atender às exigências individualizadas do mercado consumidor, o que faz com que sua produção seja diversificada e heterogênea. 2) tem como substrato organizacional o trabalho em equipe, estruturado em múltiplas funções, num processo produtivo flexível, que terceiriza todas as operações que não geram diretamente valor / mais valor, sobrecarregando o trabalhador com as funções de supervisão, além das de execução, que já desempenhava no regime de produção anterior.

⁶ Trata-se da velha e surrada prática capitalista do *salário por peça*, analisada por Marx (2011b) em *O Capital*.

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

atingimento das metas estipuladas pela gerência, ou pelos capitalistas, diretamente. Para isso, as equipes de trabalho são constantemente instigadas pela empresa a discutir novas formas de melhor desempenhar seu trabalho, no sentido de elevar a produtividade, o que se constitui, em verdade, num processo de apropriação do saber-fazer do trabalhador que será a base para o que Alves (2011) cunha de “captura” da subjetividade.

Comparando o controle dos processos de trabalho nas organizações que pautavam seu funcionamento pelos paradigmas do fordismo-taylorismo com o que ocorre nas empresas sob o novo padrão de acumulação, observa aquele autor que

[...] a organização toyotista do trabalho capitalista possui uma densidade manipulatória de maior envergadura. Na nova produção do capital, **o que se busca “capturar” não é apenas o “fazer” e o “saber” dos trabalhadores, mas a sua disposição intelectual-afetiva**, sua capacidade de aprendizagem voltada para a cooperação com a lógica instrumental da valorização. O trabalhador é encorajado a pensar “pró-ativamente” e a encontrar soluções antes que os problemas aconteçam (o que tende a incentivar, no plano sindical, por exemplo, estratégias neo-corporativas de cariz propositivo). [...] **sob o toyotismo, o trabalhador pensa e é obrigado a pensar muito mais, mas colocando a inteligência humana a serviço do capital.** (ALVES, 2011, pp. 111-112)

Essa massiva ofensiva ideológica do capital transcende os espaços da empresa e mesmo da esfera econômica, perpassando todas as demais dimensões sociais nas quais o conhecimento desempenha papel fundamental, mormente na educação, com as “inovações pedagógicas” do “saber-fazer” e da “pedagogia das competências”, dentre outras. O capital finca, assim, seus pés num terreno imprescindível para a perpetuação de seu domínio, porquanto o novo modelo produtivo exige uma arquitetura de controle do metabolismo social de novo cariz, mais refinado, sutil e, desde a mais tenra idade, internalizado na conformação ideológica e de valores desempenhada pela escola. Emerge, assim, um modo peculiar de manipulação, segundo Lukacs (1971 *apud* HOLZ; KOFLER; ABENDROTH, 1969, p. 40).

Como consequência de tal manipulação, o trabalhador, a pessoa que trabalha, é desviado do problema de como poderia transformar seu tempo de lazer em atividade criativa, acreditando que o consumo pode desempenhar, na sua vida, o mesmo papel que o trabalho em uma jornada de doze horas por dia, ditatorialmente imposta, cumpria.

Esse descomunal desequilíbrio, na atual quadra do sistema sociometabólico hegemônico, na correlação de forças entre capital e trabalho, em prejuízo deste, sensivelmente

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

pressionado por todas as formas de controle por parte daquele, tem desdobramentos trágicos sobre as condições de vida da classe trabalhadora, em todo o planeta. A fragmentação dessa contribui para a destruição do sindicalismo combativo, que cede lugar ao seu simulacro dócil e funcional aos interesses corporativos, sem forças para ou mesmo sem pretensão de se opor à desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, e justificando sua pusilanimidade na “irrevogabilidade e inexorabilidade do mercado e do capital”, senhor do mundo entronizado pela globalização neoliberal.

O capital, no regime de acumulação ora em discussão, aproveitando-se da fragilidade política do trabalho, e utilizando como álibi os imperativos da encarniçada competição global, impõe o trabalho precário e desregulamentado como norma e paradigma, vulnerabilizando a esmagadora maioria dos seres humanos que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. Nos países centrais, as plantas industriais, transferidas para países da periferia do capitalismo⁷, cedem lugar para pequenos e médios negócios insuflados pela ideologia do empreendedorismo e até mesmo para práticas arcaicas de produção, como o trabalho artesanal, familiar e patriarcal. Fica nítida, em todos esses expedientes, a utilização do exército de reserva de mão-de-obra como regulador do valor da força de trabalho, de forma a proporcionar sempre maiores taxas de mais-valia para o capital⁸.

Reportando-se à dinâmica produtiva e ao *modus-operandi* do regime de acumulação flexível, em contraposição ao seu anterior, Harvey (1992, p. 148) destaca que

As economias de escala buscadas na produção fordista de massa foram substituídas por uma crescente capacidade de manufatura de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes. **As economias de escopo derrotaram as economias de escala.** [...] Esses sistemas de produção flexível permitiram uma **aceleração do ritmo da inovação do produto**, ao lado da exploração de nichos de mercado altamente especializados e de pequena escala - ao mesmo tempo que dependeram dela. Em condições recessivas e de aumento da competição, o impulso de explorar essas possibilidades tornou-se fundamental para a sobrevivência. **O tempo de giro** - que sempre é uma chave da lucratividade capitalista - **foi reduzido de modo dramático** pelo uso de novas tecnologias produtivas (automação, robôs) e de novas formas organizacionais (como o sistema de gerenciamento

⁷ Nos países que na maior parte do século passado ficaram conhecidos como “de terceiro mundo”, os baixos preços de matéria-prima e mão-de-obra, e a falta ou debilidade de organização sindical, propiciavam, comparativamente à opção do modelo toyotista, a preferência pelo que se convencionou chamar de “**fordismo periférico**”, pois, onde a produção podia ser padronizada, era mais rentável se aproveitar daquelas condições nativas acima referidas do que implantar um novo sistema produtivo.

⁸ Processo analisado por Marx (2011b, p. 732-44).

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

de estoques "*just-in-time*", que corta dramaticamente a quantidade de material necessária para manter a produção fluindo). **Mas a aceleração do tempo de giro na produção teria sido inútil sem a redução do tempo de giro no consumo.** A meia vida de um produto fordista típico, por exemplo, era de cinco a sete anos, mas a acumulação flexível diminuiu isso em mais da metade em certos setores [...].

Fica claro que à aceleração do tempo de giro na produção, perseguida pelo capital no regime de acumulação flexível, há que corresponder necessariamente uma equivalente redução do tempo de giro no consumo, consubstanciando, assim, o constrangimento, perpetrado pelo capital, de forçar uma interdependência entre as esferas da produção e da circulação sob os auspícios do valor de troca, e não do valor de uso.

No sistema do capital, a compra e a venda, atos antitéticos, exteriormente independentes entre si, possuem uma unidade interior dialética, corporificada na contradição intrínseca à mercadoria, que se apresenta na oposição entre valor-de-uso e valor, e faz com que o valor de uso que interessa a um indivíduo só possa ser por ele adquirido caso esse consiga realizar o valor do valor de uso que não lhe interessa, e que ele leva ao mercado, para vender. Essa interdependência, preponderante em regimes de acumulação anteriores, ocorria majoritariamente do ponto de vista do valor de uso. No regime de acumulação flexível, torna-se mais explícito, por parte do capital, o expediente de forçar o deslocamento dessa inter-relação para o âmbito da troca *por si* (ou seja, da realização da mais-valia *por si*), e não da fruição dos valores de uso. Os imperativos da valorização do capital constroem perigosamente as condições de reprodução social e sustentabilidade ambiental, por meio da produção destrutiva (MÉSZÁROS, 2011a), cujo exemplo extremo constitui o complexo industrial militar estadunidense, calcado na venda de “valores de uso” cuja fruição, quando ocorre, o faz em reduzidíssima proporção em relação a seus correspondentes valores.

Suas limitações sistêmicas têm levado o capital a perceber a inviabilidade, a partir de certo ponto, de sua valorização *ad-infinitum* nos marcos estritos da esfera produtiva, precisamente pelos constrangimentos acima expostos, o que propiciou a busca de formas alternativas de valorização que independam da geração e realização de mais-valia naquele âmbito. É aqui que entra em cena um mecanismo de fundamental importância no capitalismo mundial desde o último quartel do século passado, a saber, a utilização da esfera financeira com vistas à valorização dos imensos estoques de capital que não encontram possibilidade de

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

valorização na esfera produtiva. Esse é um componente essencial, característico, constitutivo mesmo, de uma nova fase do capitalismo monopolista global, na qual esse tenta recuperar-se de sua grave crise estrutural e reorganizar suas bases políticas, sociais e econômicas com vistas à recuperação de margens anteriores de lucratividade e de sua hegemonia. Emerge o neoliberalismo, do qual se tratará a seguir.

O neoliberalismo como estratégia de recuperação do poder de classe

Uma das teorias mais influentes e difundidas entre os estudiosos do neoliberalismo, a que vem sendo desenvolvida pelos economistas franceses Gerard Dumenil e Dominique Levy (DUMENIL; LEVY; 2004, 2011), acentua a dimensão política como vetor determinante para as drásticas transformações econômicas que precipitaram aquela nova ordem social. Focam aqueles estudiosos suas análises da emergência da quadra neoliberal na dinâmica da luta entre duas frações da classe capitalista, as burguesias financeira e industrial, autônomas entre si, e dessas com a classe trabalhadora. No desenrolar dessa dinâmica, estabelecem fases históricas do capitalismo a partir da hegemonia de uma fração daquela classe, em detrimento da outra fração, intercaladas por crises (as quais qualificam de estruturais). A estabilidade e a duração de cada fase vinculam-se à manutenção do consenso entre aquelas frações de classe, sempre com a hegemonia da fração que imprimia, com sua dimensão própria (industrial ou financeira), a esfera capitalista que prevaleceria na respectiva fase.

Grosso modo, eles fazem a seguinte divisão entre as fases do capitalismo: Após a grande recessão de 1865-90, sobreveio a primeira hegemonia da finança, que durou de 1890 a 1929, ano em que a então mais grave crise do sistema capitalista assombrou o mundo, perdurando até 1945. A partir desse ano, embalada pelos esforços de reconstrução dos países aliados europeus, a hegemonia passa para os industriais que, na esteira do êxito do fordismo na indústria estadunidense, e com o apoio das políticas nacionais keynesianas, hegemonizaram o período que ficou conhecido como "os trinta anos gloriosos", aproximadamente, de 1945 a 1973. A última fase, na cronologia daqueles autores, inicia-se em 1979 (com o "golpe de 1979", que é como eles se referem à decisão do FED dos Estados

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Unidos de aumentar, em níveis inéditos, as taxas de juros, na tentativa de baixar a inflação naquele país) e perdura até nossos dias, dando à finança sua segunda hegemonia.

Uma tese central deste livro⁹ é que o neoliberalismo é a expressão do desejo de uma classe de proprietários capitalistas e das instituições nas quais seu poder se concentra, as quais coletivamente designamos como “finança”, de recuperar, no contexto de um declínio geral das lutas populares, os rendimentos e o poder de sua classe, que haviam diminuído desde o período compreendido entre a Grande Depressão [1929-33] e a Segunda Guerra Mundial. **Longe de ser inevitável, essa foi uma deliberada ação política**¹⁰. As regras cuja imposição definem o neoliberalismo são geralmente designadas eufemisticamente como regras “de mercado”, evitando-se assim a referência direta ao capital. (DUMENIL, LEVY, 2004, p. 1-2; tradução, colchetes e grifos do autor)

Para Dumenil e Levy (2004), o móvel da reação burguesa que, em meados da década de 1970, pôs abaixo o pacto capital/trabalho que imperou nos países de capitalismo avançado desde o final da Segunda Grande Guerra, foi a abrupta queda na taxa média de lucros nos principais setores industriais daqueles países, conforme analisado na seção precedente. O caráter crucial desse fenômeno determinou a ação da classe dominante nas décadas seguintes, durante as quais uma fração particular dessa classe, a finança, reorganizou-se e rearticulou-se politicamente com o intuito de recuperar suas rendas e seu poder, erodidos no período anterior. Na contramão dos anseios sociais, no sentido de solucionar dramáticos problemas sociais como a exclusão social e o desemprego, aquela fração de classe, com requintes de desprezo pelo sofrimento humano, fez uso daquele de forma a atingir seus objetivos de barateamento do valor da força de trabalho e se tornou a grande beneficiária da nova ordem social que emergia, o neoliberalismo.

Durante a primeira década da crise, os rendimentos dessas classes [a fração financeira da classe capitalista] declinaram sensivelmente. Os lucros baixaram, assim como sua distribuição aos acionistas; a inflação corroeu o valor dos empréstimos concedidos. Executivos de empresas e dirigentes de instituições econômicas públicas tinham adquirido, sob o compromisso keynesiano, certo grau de autonomia em relação aos detentores de capital. Em resposta à crise, de início os dirigentes públicos adotaram políticas

⁹ Esta tese é compartilhada por Harvey (2008), obra na qual ele cita textualmente a perspectiva teórica de Dumenil e Levy sobre o surgimento do neoliberalismo. Por outro lado, importa mencionar as críticas a esta abordagem, como, por exemplo, a de PRADO (2010), que refuta o estudo do capitalismo pela ótica da análise da dinâmica das classes, priorizando, por seu turno, o capital, em seu auto-movimento, como sujeito do processo, e não os agentes (as classes).

¹⁰ Como se verá nos dois últimos parágrafos da presente seção.

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

destinadas à recuperação do crescimento e do emprego, as quais, não obstante serem benéficas para os demais segmentos sociais, não se coadunavam com os interesses corporativos da finança, que trataram de revertê-las, em seu exclusivo benefício. (DUMENIL; LEVY, 2004, p. 14)

No bojo dessas transformações empreendidas pela reação neoliberal, a globalização e a liberalização dos fluxos de mercadorias e de capitais destacam-se como componentes fundamentais na estratégia de recuperação de margens de lucratividade, como se verá a seguir. Corolário de sua nova hegemonia sobre todos os demais segmentos sociais, preponderantes nos "trinta anos gloriosos", a finança reafirma e exerce seu poder impondo como prioridade o combate à inflação¹¹ e o redirecionamento do foco das atividades econômicas para a geração de rendas financeiras que remunerem os proprietários de capital portador de juros e de ações, carreando-lhes volume maior de juros e dividendos, respectivamente. Para isso, a liberalização dos fluxos de capitais e de mercadorias mostrou-se condição essencial, potencializando o vertiginoso incremento mundial nos fluxos financeiros e comerciais que caracterizam a globalização, entendida, sempre, esta, como o mecanismo, para que os verdadeiros objetivos, a saber, as rendas da finança e o aumento de seu poder, sejam atingidos.

Concedem aqueles economistas franceses especial relevo ao significativo aumento das taxas de juros nos Estados Unidos, em 1979, determinado pela Reserva Federal daquele país¹², como tentativa de estancar a inflação, a qualquer custo, o que desencadeou desdobramentos sistêmicos não somente por toda a sociedade e toda a economia estadunidense, mas por todo o mundo, os quais se fariam sentir até à contemporaneidade, reorganizando a dinâmica da reprodução e acumulação de capital global consoante a nova ordem social, e favorecendo explicitamente a fração financeira da burguesia mundial, independentemente dos trágicos efeitos sociais subjacentes (as "externalidades negativas", como cinicamente a eles se referem os tecnocratas e os ideólogos a serviço do capital).

¹¹ Compreende-se a preocupação dos detentores do capital financeiro com a inflação quando se percebe que esta deprecia o valor daquele, beneficiando os tomadores de empréstimos em detrimento dos emprestadores.

¹² Manobra que, conforme anteriormente mencionado, eles alcunham de "golpe de 1979". Após altas e baixas, essas taxas de juros estabilizaram-se, por volta de 1981, em torno de 20% ao ano, levando a "uma duradoura recessão profunda que esvaziaria as fábricas e destruiria os sindicatos dos Estados Unidos, além de levar os países devedores à beira da falência, dando início à longa era dos ajustes estruturais" (HENWOOD apud HARVEY, 2008, p.32).

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

A virada ao neoliberalismo teve dois tipos de consequências: Primeiro, **a finança manipulou a crise de acordo com seus interesses**, prolongando-a, o que, como segunda consequência, possibilitou àquela fração da classe burguesa **mudar o curso da história em seu próprio interesse**. Ambos os elementos, a administração da crise e o estabelecimento de uma nova configuração societal, imbricam-se mutuamente. A crise criou as condições para a destruição da velha ordem. (DUMENIL; LEVY, 2004, p. 16)

Por “manipular a crise de acordo com seus interesses”, entendem aqueles autores o processo de operar segundo um padrão que tem como imperativo fazer todo o possível para preservar os rendimentos daquela fração de classe, inclusive, obtendo renda por intermédio de outros meios quando os mecanismos tradicionais de extorsão não mais se mostrarem eficazes, quaisquer que sejam as consequências para os demais grupos sociais e mesmo para o país.

Da mesma forma, no entendimento de Dumenil e Levy, aquela fração de classe conseguiu “mudar o curso da história em seu próprio interesse” criando ou recuperando o arcabouço institucional com vistas à sua utilização instrumental para o seu exercício de poder, sedimentando a retomada do controle social e político por parte dos proprietários do capital, em detrimento dos administradores (públicos e privados), mas em aliança com estes. Com isso, conseguem vencer os constrangimentos jurídicos e políticos que limitavam as fusões de empresas, bem como a ação arbitrária do capital no sentido de adequar o uso da força de trabalho unicamente à sua conveniência de reprodução e acumulação. Em termos práticos, significa, em rol não exaustivo: 1) retomar o controle dos bancos centrais, passando a utilizá-los a serviço da estabilidade dos preços e da proteção aos ativos dos credores; 2) transformar a previdência social, a educação e a saúde em atividades lucrativas, “serviços”, ampliando exponencialmente o mercado potencial para esses segmentos corporativos; 3) quebrar a solidariedade entre os trabalhadores em favor de uma propalada “parceria” entre esses e seus exploradores (difundindo a máxima “todo mundo agora é um capitalista”) e 4) controlar a dinâmica do custo da força de trabalho. Algumas dessas expropriações (ou espoliações) são difundidas na mídia ou no meio acadêmico sob a singela alcunha de “flexibilidade”. (DUMENIL; LEVY, 2004)

Pode-se sintetizar, elucidativamente, a argumentação central desses autores, no que se refere à estratégia de recuperação do poder de classe empreendida pela burguesia financeira, da seguinte forma.

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Inicialmente, há que se apreender a natureza primordialmente política de tal estratégia, na verdade, uma expressão direta da luta de classes. Explica-se: àquela altura (aurora das manifestações mais explícitas da crise estrutural do capital, ou seja, início dos anos 1970), os elevados índices de inflação que apresentavam as economias dos países centrais eram intoleráveis para a fração financeira da burguesia (pois corroía seu capital, os ativos financeiros). Por outro lado, desemprego e exclusão social eram intoleráveis para outras classes sociais. Atente-se, todavia, que **pleno emprego é incompatível com a adequada reprodução do capital** por levar, tendencialmente, a aumentos salariais e a um maior poder político da classe trabalhadora, afetando sensivelmente à variável central da explicação das crises capitalistas por parte da maioria dos marxistas do século XX: a taxa média de lucros. Sendo assim, a melhor forma de se evitar a qualquer custo o pleno emprego seria a implementação de políticas que levassem ou diretamente ao massivo desemprego ou pelo menos à ameaça a ele. (DUMENIL; LEVY, 2004)

Como deixam claro Dumenil e Levy (2004), nítidas escolhas foram feitas, politicamente. Naturalmente, pela classe que detinha o poder político. Mais ainda: essa arbitrária opção chegou mesmo a alterar, em benefício dessa classe, o curso da história, já que leves alterações na escolha de variáveis a serem privilegiadas nas políticas econômicas poderiam ter gerados resultados completamente diferentes em termos de emprego e renda para a classe trabalhadora. Ou seja, as transformações que conformaram a ordem social neoliberal seguiram uma nítida teleologia, e não se deram “ao sabor das inexpugnáveis forças de mercado”.

A ofensiva ideológica neoliberal

Emprega-se, na presente seção, dois referenciais teóricos, com vistas à apreensão dos elementos que estruturaram a operação ideológica deflagrada pela burguesia, a partir dos anos 1970, para obter o consentimento necessário para o exercício “pacífico” de sua hegemonia: o modelo teórico de *propaganda*, delineado pelos seus criadores em obra conjunta lançada em meados dos anos 1990 (CHOMSKY; HERMAN, 1994), e o arcabouço teórico gramsciano,

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

especialmente sua concepção de construção da *hegemonia*, por parte de uma das classes fundamentais ou frações de classes, tendo como suporte imprescindível a atuação funcional dos intelectuais orgânicos.

Distinguindo-se da concepção dominante no senso comum, que salienta o caráter de vanguarda da camada de intelectuais de uma sociedade, pela originalidade de suas criações, Gramsci amplia sensivelmente o espectro conceitual dessa categoria, de modo a nela contemplar aqueles segmentos profissionais que se concentram na **difusão** de ideias, valores e conhecimentos legitimadores da dominação social e política da classe ou fração de classe hegemônica. Com essa dilatação conceitual da noção de intelectual, o pensador italiano encontra a chave heurística para desvelar o *modus-operandi* do processo de construção da hegemonia levado a cabo pela classe/fração dominante, por intermédio daqueles estratos sociais encarregados da disseminação da ideologia hegemônica. Sintetiza magistralmente o filósofo sardenho:

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. Esta colocação do problema tem como resultado uma ampliação muito grande do conceito de intelectual, mas só assim se torna possível chegar a uma aproximação concreta à realidade. (GRAMSCI, 2001, p. 19)

Por sua vez, o modelo teórico da *propaganda* (também conhecido como modelo teórico do *consenso fabricado*) constitui uma potente ferramenta de análise e dissecação do funcionamento da mídia empresarial, hegemônica na maioria das sociedades contemporâneas. O construto teórico explicita as forças que permitem à mídia desempenhar um ativo papel educador nessas sociedades, inculcando nos indivíduos, geralmente sutil e imperceptivelmente, valores, crenças, padrões de comportamento e visão de mundo de forma a integrá-los à estrutura institucional construída para legitimar os interesses corporativos dominantes. Basicamente, o modelo busca traçar a rota pela qual o poder empresarial

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

consegue filtrar as notícias, marginalizar dissidentes e disseminar a ideologia mais conveniente aos seus negócios.

Para atingir tais objetivos, o sistema necessita funcionar sob a ação delimitadora de cinco filtros, os quais selecionam as notícias “aptas” a serem veiculadas, de acordo com os critérios empresariais que subjazem àqueles, a saber: 1) o porte das empresas midiáticas, a concentração de suas propriedades e sua orientação para os lucros; 2) a publicidade como fonte de renda primária daquelas empresas; 3) o estabelecimento de agentes do governo e do meio empresarial como fontes preferenciais de notícias; 4) a capacidade de reagir a protestos ou boicotes em represália a notícias veiculadas e 5) o "anticomunismo" como mecanismo de controle. Esses elementos restritivos interagem entre si e se reforçam mutuamente, de forma que o fato a ser noticiado deve ultrapassar esses sucessivos filtros, os quais deixam passar apenas matérias "desinfetadas" de aspectos que possam prejudicar os negócios dos proprietários das empresas de mídia, dos anunciantes, e da própria classe empresarial, em si, em última instância.

A dominação da mídia pela elite e a marginalização dos dissidentes resultantes da operação desses filtros ocorre tão naturalmente que os próprios profissionais de notícias da mídia, frequentemente agindo com completa integridade e boa vontade, estão convencidos de que interpretam e optam por notícias de forma "objetiva", e com base em valores profissionais de seu meio. Dentro dos limites dos constrangimentos daqueles filtros, eles são frequentemente objetivos; tais constrangimentos são tão poderosos, e são incorporados ao sistema de uma forma tão constitutiva, que bases alternativas de escolhas de notícias são dificilmente imagináveis. (CHOMSKY; HERMAN, 1994, p. 02)

Pode-se observar uma convergência da manifestação empírica dos dois modelos teóricos (o gramsciano e o de Chomsky/Herman) em diversas situações, sendo uma das mais relevantes a seleção e a formação dos intelectuais orgânicos (na concepção gramsciana, ampla) que atuarão profissionalmente na mídia, possibilitando o funcionamento do sistema conforme concebido por seus instituintes.

A consolidação da hegemonia neoliberal, notadamente nos anos 1970 e 1980, nos diversos espaços nacionais, precisava encarar uma questão essencial, sem a qual estaria fatalmente comprometida a viabilidade, a médio/longo prazo, de seu projeto de poder: como obter o consentimento social necessário para legitimar as intrinsecamente impopulares

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

políticas neoliberais? O desafio foi enfrentado de diversas maneiras, atuando as corporações empresariais e suas instituições representativas (muitas camufladas com o qualificativo de “multilaterais”) em diversas frentes, de forma a construir uma atmosfera social ideologicamente identificada com a doutrina neoliberal.

Para isso, mostrou-se extremamente eficaz a apropriação de tradições e valores culturais caros à sociedade, como, nos Estados Unidos, a liberdade individual. Era preciso agir assim, pois de outra forma, dificilmente um projeto de poder que tinha como beneficiário uma diminuta elite angariaria o necessário apoio popular. David Harvey descreve como os capitalistas estadunidenses, com o auxílio da mídia, das instituições acadêmicas, de pesquisa e de “relações públicas”, usurparam o valor legítimo da liberdade, deformando-a, desvirtuando-a e defraudando-a para servir aos egoísticos interesses daquela classe.

Todo movimento político que considera sacrossantas as liberdades individuais corre o risco de ser incorporado sob as asas neoliberais. Os levantes políticos mundiais de 1968, por exemplo, traziam uma forte inflexão do desejo de maiores liberdades pessoais.[...] Esses estudantes exigiram liberdade de restrições parentais, educacionais, corporativas, burocráticas e do Estado. Mas o movimento de 1968 também tinha a justiça social como objetivo político primordial. [...] Para quase todos os envolvidos no movimento de 1968, o Estado intrusivo era o inimigo e tinha de ser reformado. Quanto a isso, os neoliberais concordavam facilmente. Mas as corporações capitalistas, os negócios e o sistema de mercado também eram considerados inimigos vitais que precisavam de alterações, se não de uma transformação revolucionária, o que representava uma ameaça para o poder da classe capitalista. **Tomando ideais de liberdade individual e virando-os contra as práticas intervencionistas e regulatórias do Estado**, os interesses da classe capitalista podiam alimentar a esperança de proteger e mesmo restaurar sua posição. O neoliberalismo era bem adequado a essa tarefa ideológica, precisando porém da sustentação de uma estratégia prática que enfatizasse a liberdade de escolha do consumidor, não só quanto a produtos particulares, mas também quanto a estilos de vida, formas de expressão e uma ampla gama de práticas culturais. **A neoliberalização precisava, política e economicamente, da construção de uma cultura populista neoliberal fundada no mercado que promovesse o consumismo diferenciado e o libertarianismo individual.** No tocante a isso, ela se mostrou mais que compatível com o impulso cultural chamado “pós-modernismo”, que havia muito espreitava no ninho, mas agora podia surgir, emplumado, como dominante tanto cultural quanto intelectual. Foi esse o desafio que as corporações e as elites de classe se puseram a aprimorar nos anos 1980. (HARVEY, 2008, p. 52)

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

Naquele país, promoveu-se, a partir de meados dos anos 1970, uma forte *blitzkrieg* ideológica, empreendida pela Câmara do Comércio nacional, junto às principais instituições da sociedade, nas instâncias educacional, comunicacional e jurídico-política, no sentido de formatar uma nova maneira de pensar mais empática em relação às empresas, ao mercado e ao capitalismo em geral. Relatam Chomsky e Herman (1994) que somente a referida corporação classista possuía, em 1983, um orçamento para pesquisa, divulgação e atividades políticas de sessenta e cinco milhões de dólares. Explica-se: Quando o mundo corporativo do maior país capitalista do mundo, na década de 1970, viu-se ameaçado pela agitação social e política, bem como pela crescente participação popular exigindo medidas contra a concentração de poder econômico, a recessão e o desemprego, tratou de prover os meios materiais necessários para uma contra-ofensiva ideológica que anulasse aquela ameaça aos seus interesses, aumentando significativamente suas verbas para publicidade institucional e promoção da “boa imagem dos negócios” de trezentos e cinco milhões de dólares em 1975 para cinco bilhões e seiscentos milhões em 1980.

Com um volume de recursos dessa ordem, “apoiando” suas atividades, fica realmente muito difícil se esperar “isenção” jornalística ou “neutralidade” acadêmica. Revelam ainda aqueles autores, na mesma obra (CHOMSKY; HERMAN, 1994, p. 23-24), que em 1972, o juiz Lewis Powell (ulteriormente promovido à Suprema Corte, por motivos que a seguir tornar-se-ão claros) escreveu um memorando à Câmara do Comércio dos Estados Unidos instando-a **“comprar os acadêmicos de maior reputação no país para dar credibilidade aos estudos de negócios e munir a classe empresarial de uma voz ativa nos campi.”**¹³ Compra-se-os, e, dessa forma, assegura-se que as esferas decisórias das políticas públicas “estejam sempre inundadas com “profundos estudos acadêmicos” que possuem sempre as conclusões adequadas à classe empresarial.

¹³ O mesmo expediente foi perpetrado (e nada garante que ainda não ocorra) por aquela classe social, por intermédio de fundações, *think-thanks* e organizações congêneres, coordenados pela CIA, para fabricação do “consenso” em países periféricos, mediante cooptação de cientistas sociais nativos. O *Projeto Camelot*, iniciado em 1964, e patrocinado por uma instituição colateral do Ministério da Defesa estadunidense, a Agência de Pesquisas em Projetos Avançados (*Advanced Research Project Agency - Arpa*), constitui um dos casos mais emblemáticos da espécie: “[...] com generoso financiamento de agências estatais estadunidenses e a participação de 140 pesquisadores [regiamente pagos] em tempo integral ao longo de pouco mais de três anos, propunha-se a pesquisar sociologicamente as raízes do conflito social latino-americano e suas potenciais formas de neutralização. A denúncia pública do sociólogo norueguês Johan Galtung sobre as verdadeiras finalidades do projeto colocou em evidência a atuação dessas agências na região e a “compra-venda de (alguns) intelectuais” locais.” (KOHAN apud NEVES, 2010. p. 55).

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

De acordo com esta fórmula, durante a década de 1970 e início dos anos 1980, uma série de instituições foi criada e as antigas foram ativadas para fins de propaganda para a ideologia empresarial. Muitas centenas de intelectuais foram levados para essas instituições, onde seu trabalho foi financiado e seus resultados foram divulgados para a mídia por um sofisticado esforço de propaganda. O financiamento corporativo e o claro propósito ideológico no esforço conjunto não teve nenhum efeito negativo perceptível sobre a credibilidade dos intelectuais então mobilizados; ao contrário, o "apoio financeiro" que tiveram, e o uso propagandístico de suas ideias, catapultaram-nos como "experts" na imprensa. (CHOMSKY; HERMAN, 1994, p. 24)

O relato supra é corroborado pelo agudo diagnóstico de CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 34).

Desde o início da década de 1980, o discurso econômico dominante tem aumentado sua influência nas instituições de pesquisa em todo o mundo: a análise crítica é fortemente desestimulada; a realidade econômica deve ser vista através de um único conjunto de relações econômicas fictícias, cuja finalidade é dissimular as manifestações do sistema econômico global. Estudiosos das principais correntes econômicas produzem teoria sem fatos ("teoria pura") e fatos sem teoria ("economia aplicada"). O dogma econômico dominante não admite nem divergências nem discussão sobre o seu paradigma teórico básico: **a principal função das universidades é produzir uma geração de economistas leais e confiáveis que sejam incapazes de desvendar os fundamentos sociais da economia de mercado global.**¹⁴

O refluxo mundial do ideário socialista em todas as esferas sociais, desde o início dos anos 1990, atuando em conjunto com a massiva ascendência ideológica da doutrina liberal, impulsionada pelo irresistível poder de propulsão do aparelho midiático global, não dá sinais, contemporaneamente, de arrefecimento. Apesar da grave crise estrutural que acomete o sistema de reprodução sociometabólica dominante, ou, caso se prefira, precisamente por causa dela, a trincheira ideológica revela-se uma instância crucial no atual estágio da luta de classes mundial, da qual o capital não pode sequer cogitar de abrir mão, sob pena de ter conhecidas as

¹⁴ Nesse sentido, registre-se a contemporânea insatisfação de significativos segmentos de estudantes de cursos superiores de Economia, espalhados pelas universidades dos cinco continentes, com relação ao excessivo apego a modelos abstratos, afastados da realidade social concreta e à árida matematização daquela ciência social, bem como à limitação do currículo aos cânones neoclássicos, o que consideram claro reflexo do caráter ideológico do *mainstream* econômico prevalecente nas principais universidades e centros de pesquisa do planeta. Ao que tudo indica, as primeiras manifestações desse mal-estar tiveram início na França em 2000, quando um grupo de estudantes lançou o *Manifesto Pós-Autista*, o qual desencadeou uma onda de movimentos emulativos em universidades de diversos países. Mais informações sobre o referido manifesto podem ser encontradas em www.paecon.net.

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014
Revista da RET
Rede de Estudos do Trabalho
www.estudosdotrabalho.org

relações e as conexões que o desvelariam como o fundamento estrutural da vida desumana que levam três quartos da população de nosso planeta.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade**: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2. ed., 2009.

CASTILLO, Juan J. **Sociologia del Trabajo**. CIS, Madri, 1996.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward. **Manufacturing Consent**. The Political Economy of the Mass Media. Londres: Vintage, 1994.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza**. São Paulo: Moderna, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2

DUMENIL, Gerard.; LEVY, Dominique. **The crisis of neoliberalism**. London: Harvard University Press, 2011.

_____. **Capital resurgent**: roots of the neoliberal revolution. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2004.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Ed. Loyola, 1992

_____. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOLZ, Hans; KOFLER, Leo; ABRENDROTH, Wolfgang. **Conversaciones con Lukács**. Madrid: Alianza Editorial, 1969.

MARX, Karl. **O capital - Livro 1, Vol. 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.

Estudos do Trabalho

Ano VII – Número 14 – 2014

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

MÉSZÁROS, Istvam. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011a.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org). **Direita para o social e esquerda para o capital**. Xamã: São Paulo, 2010.

PRADO, Eleuterio. Capital Financeiro e Capitalismo Contemporâneo: qual a relação? 2010. Disponível em: <<http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-posicao-2.pdf>>. Acesso em 26 mar.2014.

WOOD, Ellen Meiksins. Modernity, postmodernity, or capitalism?. **Monthly Review**. Nova Iorque: n.48, v.3, p.21, Jul/Aug 1996.